

QUANDO O CAPITAL EDUCA O EDUCADOR: BNCC, Nova Escola e Lemann

Jennifer Nascimento Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, SC, Brasil

Olinda Evangelista
Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba, SC, Brasil

RESUMO

Neste texto objetivamos interrogar um movimento importante, entre 2016 e 2018, na definição de políticas públicas para formação docente. A partir de 2008, durante o Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores, inicia-se a trajetória de debates em torno da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental (BNCC). A Associação Nova Escola destacou-se nesse processo, entre outros motivos, por pertencer, a partir de 2015, à Fundação Lemann. Analisamos 86 matérias publicadas por Nova Escola, das quais três questões despontaram como centrais: formação de professores, avaliações externas em larga escala e materiais didáticos. Concluímos que Nova Escola atuou para elaborar e difundir um modelo docente estruturado sobre a apropriação das Competências Socioemocionais e o manejo das Tecnologias da Informação e Comunicação. Associando-as chegar-se-ia ao 'professor 4.0', preocupado com a aprendizagem pragmática, sinônimo de qualidade de ensino. Ao contrário do protagonismo docente, configura-se o professor gerenciado.

Palavras-chave: Capital educador. Fundação Lemann. *Nova Escola*. BNCC. Professor gerenciado.

CUANDO EL CAPITAL EDUCA EL EDUCADOR: BNCC, Nova Escola y Lemann

RESUMEN

En este texto pretendemos interrogar un movimiento importante, entre 2016 y 2018, en la definición de políticas públicas para formación docente. A partir de 2008, durante el Gobierno Lula, del Partido de los Trabajadores, se inicia la trayectoria de debates en torno a la Base Nacional Común Curricular de la Enseñanza Infantil y Fundamental (BNCC). La Asociación Nova Escola se destacó en ese proceso, entre otros motivos, por pertenecer, a partir de 2015, a la Fundación Lemann. Se analizaron 86 materias publicadas por Nova Escola, de las cuales tres cuestiones surgieron como centrales: formación de profesores, evaluaciones externas a gran escala y materiales didáticos. Concluimos que Nova Escola actuó para elaborar y difundir un modelo docente estructurado sobre la apropiación de las Competencias Socioemocionales y el manejo de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Al asociarse se llegaría al

'profesor 4.0', preocupado por el aprendizaje pragmático, sinónimo de calidad de enseñanza. La diferencia del protagonismo docente, se configura el profesor gerenciado.

Palabras clave: Educador Capital. Fundación Lemann. Nova Escola. BNCC. Profesor gerenciado.

WHEN THE CAPITAL EDUCATES THE EDUCATOR: BNCC, Nova Escola and Lemann

ABSTRACT

In this text we aim to question an important movement, between 2016 and 2018, in the definition of public policies for teacher training. From 2008, during the Government of Lula, of the Workers' Party, begins the course of debates around the National Curricular Common Base of Early Childhood and Fundamental Education (BNCC). The Nova Escola Association stood out in this process, among other reasons, for belonging, from 2015, to the Lemann Foundation. We analyzed 86 articles published by Nova Escola, of which three issues emerged as central: teacher training, large-scale external evaluations and didactic materials. We conclude that Nova Escola acted to elaborate and disseminate a structured teaching model on the appropriation of Socioemotional Competences and the management of Information and Communication Technologies. Associating them would be to the 'teacher 4.0', concerned with pragmatic learning, synonymous with teaching quality. Unlike the teacher's role, the teacher managed is configured.

Key-words: Capital educator. Lemann Foundation. Nova Escola. BNCC. Teacher managed.

Introdução

Alterações políticas e econômicas profundas, após os anos de 1990, atingiram o coração da escola pública. Os professores tornaram-se objeto de uma narrativa na qual despontavam como incapazes e infensos aos acertos das reformas neoliberais propostas. Paradoxalmente, seriam indispensáveis à obtenção da qualidade de ensino. Tais ideias ganharam relevância no Governo de Collor de Mello (1990-1992), do Partido da Renovação Nacional (PRN), tendo se realizado plenamente nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com medidas em vários âmbitos: reforma do Aparelho de Estado, reestruturação produtiva, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, terceirizações, ajuste fiscal, controle de gastos e investimentos públicos, parcerias público-privadas.

Essas diretrizes, nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), aprofundaram-se e conheceram graus inauditos de agravamento em alguns aspectos nos Governos de Temer (2016-2018), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e de Bolsonaro, em curso, do Partido Social Liberal (PSL). As mudanças sublinhadas obedeceram às determinações materiais resultantes das crises capitalistas e do fortalecimento do imperialismo em nível nacional e internacional. Lastreadas em inúmeras estratégias econômicas, políticas e culturais geraram a hegemonia do neoliberalismo que,

antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (...) O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra 'capitalismo'. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Quase trinta anos passados do seu advento, os professores preponderam como alvos do bombardeio contra a escola pública, talvez porque não tenham se dobrado. Quanto mais é elevado ao centro da política educacional; à vital eficácia da escola pública; ao nó da qualidade do ensino, mais sua formação e prática pedagógicas são demolidas pelas políticas em curso.

Nesse texto procuramos demonstrar, pela análise de uma política federal específica – a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental (BNCC)¹, de um aparelho privado de hegemonia particular – a Associação Nova

¹ A atualização de diretrizes curriculares, no Ministério da Educação (MEC), ocorreram a partir de 2008; entretanto, não se aprovou documento orientador para tanto. Em 2015, no Governo de Dilma Rousseff, retomou-se o debate cujo desfecho foi em 2018, no Governo de Temer.

Escola (ANE)², de um sujeito histórico burguês – Fundação Lemann (FL)³, os sentidos e as consequências sociais de uma articulação focada na desconstrução política e científica da formação e do trabalho docentes⁴.

Não estão em causa os conteúdos disciplinares da Base, nem o processo histórico que a produziu, desde 2008, no Governo Lula. Queremos evidenciar como o professor foi construído e simultaneamente difundido pela marca Nova Escola (NE)⁵ desde a sua transferência, em 2015, das mãos da Editora Abril para as da Fundação Lemann (FL)⁶.

Analizamos 86 matérias sobre a BNCC, publicadas entre março de 2016 e outubro de 2018 na revista impressa e na página da ANE⁷. Três questões emergiram como centrais: formação de professores, avaliações externas em

² “A Associação Nova Escola é uma *start-up* de educação mantida pela Fundação Lemann e a marca mais reconhecida por professores de Educação Básica no Brasil. Nossa missão é fortalecer o educador para transformar o Brasil. Para isso, desenvolvemos produtos e serviços de excelência que valorizam os professores, facilitam seu dia-a-dia e apoiam sua carreira. A associação publica as revistas e *sites* Nova Escola e Gestão Escolar, as maiores e mais tradicionais publicações para educadores do país. [...] Somos parceiros do *Google*, *Facebook*, secretarias de educação e outras organizações que nos ajudam nesse desafio.” (Associação Nova Escola, 2019). A ANE foi o único veículo de imprensa presente nas cinco audiências públicas organizadas pelo Conselho Nacional de Educação para discussão da BNCC, cobrindo sua construção desde o início. (Semis, 2017c). Mantém parceria com mais de 250 marcas e empresas; concede aos assinantes descontos em hotéis, cosméticos, roupas, passagens aéreas, eletrodomésticos, cursos em faculdades, entre outros produtos, em mais de 4.000 estabelecimentos no Brasil; oferece eventos, pesquisas, experimentação, seminários, edições especiais, *blogs*, *hotsites*, concursos, relacionamento e inovações na comunicação. Contratada pela Fundação Volkswagen, lançou o Caderno Brincar (volume 2) para formação docente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a OSCIP Mais Diferenças. Tem coluna semanal na *Folha de S. Paulo* e *Newsletter*.

³ A Fundação Lemann (FL), uma das quatro organizações de João Paulo Lemann (Gera Venture Capital, Fundação Estudar, Lemann Center), tem grande poder de articulação com órgãos públicos. É secretária executiva do Movimento Pela Base (MPB). O *Google.org* e a FL são parceiros; o primeiro doou R\$15 milhões para desenvolver uma plataforma digital com recursos pedagógicos alinhados à Base. A Fundação Estudar “implementou o fundo de investimentos educacionais ‘GERA Venture Capital’, que originou a *holding* Eleva Educação – rede privada de escolas” (Fontes, 2018, p. 14).

⁴ O presente artigo deriva de dissertação de Pereira (2019) acerca do tema, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁵ Nova Escola foi criada como revista, em 1986, pela Fundação Victor Civita (FVC) e publicada pela Editora Abril. Durante 25 anos recebeu financiamento federal. Foi transferida para Jorge Paulo Lemann em 2015, em meio à crise financeira.

⁶ Jorge Paulo Lemann é empresário, sócio majoritário da AB Inbev, *Kraft Heinz* e *B2W* digital, monopólios de bebidas, alimentos e eletrônicos, respectivamente.

⁷ 76 matérias são assinadas por trinta e quatro autores, 10 pela NE e uma pelo Porvir.

larga escala⁸ e materiais didáticos⁹. Por ora, discutiremos as relativas à formação docente.

No período em tela, o desígnio de subordinar mentes e ações docentes às demandas de produção e reprodução das relações capitalistas de produção avultou como objetivo das principais frações burguesas locais e internacionais, aparentemente unificadas. Formação e trabalho docentes tornaram-se mais complexos ao longo do período, posto que a burguesia, após a reestruturação produtiva e suas espúrias decorrências, lançou sobre os professores *slogans* que atribuíam à sua incapacidade o aumento do desemprego¹⁰. Estava em jogo – e está – o gerenciamento de possíveis erupções sociais, razão pela qual professores foram reputados como desintelectualizados (SHIROMA, 2003) e convocados para não verem e elidirem as múltiplas determinações da existência da maioria da população, fenômeno de escala global, ressalvadas as particularidades nacionais.

O anátema do capital – o trabalho – exige a reposição diuturna de sua hegemonia (GRAMSCI, 1999) para produzir e conquistar o consenso social, tornando-se senso comum. A Associação Nova Escola, importante aparelho privado de hegemonia, se insere no movimento de disputas que ocorrem no interior da Sociedade Civil, terreno de litígios entre e intraclasses, em favor de interesses políticos e econômicos particulares, revestidos de universais em razão da transformação da educação em bandeira pró-democrática. Não é por outra razão, que a educação se constitui em terreno fulcral para a articulação da

⁸ A convite da FL e do *Teacher College* da Universidade da Columbia, Nova Iorque, em julho de 2018, o INEP participou do *Encontro Internacional sobre Avaliações Educacionais em Larga Escala* alinhado à Base (Fundação Lemann, 2018c).

⁹ A Gera Venture Capital ([201-?]) assumiu que “o governo é o principal agente e o maior cliente”, comprovado pelo Edital de 2018 (BRASIL, 2018) que induziu o uso das TIC na Educação Básica, ao qual a FL (2018a) respondeu pressurosa: “[...] os recursos educacionais digitais deverão demonstrar aderência à BNCC para fazer parte do novo Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação.” (GAROFALO, 2018a).

¹⁰ Evangelista (2017, p. 3) refere os seguintes: “[...] tutor, voluntário, gestor, empreendedor, empoderado, orientador, tutor eletrônico, protagonista, comunitário, inclusivo, multifuncional, sócio emocional, pesquisador, inovador, flexível, professor de resultados, performático, monitor, oficineiro, eficaz, aprendiz, responsabilizado, treinado, em obsolescência [...]”.

consciência burguesa na mente das camadas subalternas. É o que Mészáros (2005, p. 44) esclarece na passagem que segue:

o sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de 'internalização' pelos indivíduos (...) intimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de conduta 'certas', mais ou menos estipulada nesse terreno.

Neste âmbito político, a Associação Nova Escola atuou como “uma rede de verdade, sem viés político ou ideológico, composta por educadores que acreditam que são capazes de mudar a Educação para melhor e agem todos os dias para garantir o aprendizado dos seus alunos. Esse é o sonho!” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018b). Sob o cínico ‘sonho lemanniano’ corria, e corre, a objetividade do capital que mais do que assegurar aprendizado ao estudante, precisa assegurar o seu controle social pelo gerenciamento docente – mas não só, pois seus tentáculos se espriam por alianças com a esfera estatal, com outras organizações coletivas e outros monopólios.

A política de formação docente, na segunda década do século XXI, apostou na ‘internalização’ pelos professores do lugar de executores eficazes de tarefas pensadas alhures, em outras palavras, um **professor gerenciado**. O capital, obscurecido na proposição, procurou soterrar o pensamento na escola pública brasileira em todos os níveis,

pela política do livro didático; pelo sistema de avaliação em larga escala; pelo achatamento salarial; pela diminuição dos concursos públicos; pelo excesso de horas-aula; pelo grande número de alunos em sala; pelo não pagamento do piso salarial nacional; pela carência de plano de carreira; pela capilarização dos contratos temporários; pelas diretrizes curriculares; pelo neogerencialismo escolar; pela articulação dos interesses internos e internacionais à formação e ao trabalho pedagógico; pelo pagamento da formação inicial e continuada em escolas de nível superior não universitárias e, lamentavelmente, pelo esvaziamento teórico-prático de sua formação na modalidade EaD (EVANGELISTA; SEKI; SOUZA, 2018, p. 5).

A marca Nova Escola executou largamente seu objetivo em relação à BNCC e não o fez sozinha.

1. Legitimação e consenso na BNCC

As matérias¹¹ de NE disseminaram a ideia de que “ especialistas e docentes da rede pública fizeram a Base”, resultando num documento com quase “13 milhões de autores” (MAGALHÃES; CAMILO; SIMÃO, 2017), construído “em um processo colaborativo e democrático” (SEMIS, 2017a), dado que milhares teriam participado da consulta pública *on-line*, do MEC, entre outubro de 2015 e março de 2016 (RATIER, 2017b), e das audiências públicas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Ministério da Educação (MEC) entre julho e setembro de 2017 (BRASIL, 2017).

A matéria de março de 2016, *Como 10 milhões viram um* (RATIER; SOARES; CASIMIRO, [2016]), assegurou a participação popular massiva: “10.258.248 sugestões” haviam sido feitas. As audiências públicas oficiais, para “o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular e colher subsídios para análise e elaboração do parecer e da resolução que a instituirão” (BRASIL, 2017), foram consideradas pelo Movimento pela Base (MPE)¹² democráticas. NE engrandeceu os fatos para aquecer a aceitação da Base. O MEC, por sua vez, anunciou que “mais de 12 milhões de contribuições” foram feitas (BRASIL, 2016), computando-se cada ação como uma autoria¹³.

¹¹ Parte grande dos autores (34) não era ligada à área. Entre os quatro recorrentes, uma é professora. Os outros são jornalistas; um tem mestrado e doutorado na Educação; três jornalistas passaram pela Editora Abril e FVC, uma com formação no Curso Abril de Jornalismo.

¹² O Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB) organiza setores empresariais, desde 2013. Apoiam-no, entre outros, Fundação Lemann, Movimento Todos pela Educação (TPE), Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Itaú BBA e Conselho Nacional de Secretários de Educação. Constam entre seus membros Denis Mizne e Camila Pereira, diretores da Fundação Lemann; Rossieli S. da Silva, então secretário de Educação Básica do MEC e ex-ministro da Educação; Maria Helena G. de Castro, ex-secretária executiva do MEC; Cláudia Costin, diretora do CEIPE da Fundação Getúlio Vargas; Cleuza Repulho, ex-presidente da UNDIME; Guiomar N. de Mello, consultora e membro do CNE, além de vasto currículo na área política, educacional, tendo sido funcionária do Banco Mundial; Mozart N. Ramos, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna; Priscila Cruz, Presidente executiva do TPE, e numerosos representantes tanto da esfera estatal, quanto de monopólios e Organizações Não Governamentais. (Cf. Neves; Piccinini, 2018).

¹³ Cassio (2017) desmistificou as contas, observando que a diferença entre o número divulgado (12 milhões de “contribuições”) e o número de contribuintes únicos foi de 8.400%. Considerando como contribuição as intervenções efetivas no texto original (nas caixas de texto), os dados correspondem a apenas 1,52% do número divulgado nos meios oficiais e nos adeptos da Base.

A sua terceira versão recebeu críticas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE, 2017) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2017), evidenciando o descontentamento de parte dos professores e de entidades sindicais, além de manifestações de grupos de extrema direita ligados à Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (PERON, 2016).

A CNTE e a ANFOPE entenderam que a presença da sociedade não foi permitida na finalização das propostas, assim como as propostas de entidades educacionais em favor do empresariado. Talvez não se tratasse de criticar o método de intervenção da esfera oficial, mas de se recusar a participar de um movimento que de saída – sabíamos – tinha na interlocução com aparelhos privados de hegemonia das várias frações burguesas o seu sentido central, ao qual qualquer participação se veria ao fim e ao cabo subordinada.

A Nova Escola fez ouvidos moucos, concluindo que a ‘bola rolava para o gol’ (SEMIS, 2017c), induzindo professores e suas entidades a se resignarem ao projeto educacional em curso, posto que era uma vitória educacional. De que se trata essa trajetória senão daquilo que Mészáros (2005, p. 44) afirma acerca dos indivíduos:

eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas.

Considerar pertinente a proposição e implementação da BNCC fez parte do vasto processo de NE para concretizar a internalização da lógica do capital entre educadores. Contou para isso com uma linguagem que fazia sentido para os professores, pois incorporou muitas das demandas da categoria do magistério.

2. Na rota da despolitização da BNCC

A NE não conseguiu esconder seu desiderato de desqualificar a capacidade de intervenção científica e política dos professores. Alegou que não

haveria tempo para divergências políticas, evitando que professores e interessados discutissem a concepção de currículo e de Educação do documento ou questionassem a necessidade de uma base.

Em matéria sobre cinco dicas para colaborar com a BNCC, a segunda ecoava: “Deixe a política partidária de lado” política esta que fervia nas negociações internas entre as várias organizações envolvidas nas disputas pelo nicho de mercado que crescia às custas das “inovações educacionais e curriculares” (CAMILO, 2017). Por isso mesmo, atribuiu-se à Base neutralidade política, pois se tratava de política de Estado e não de governo. Concordavam os reformadores com Menezes, consultor das duas primeiras versões do documento, que, na audiência pública de julho de 2017, em Recife, afirmara que,

apesar das diferenças de visão, história e cultura, é preciso pensar a Educação como política de Estado e não de governo, nem de partido. Isso é que nos une aqui nessa sala. Se não estivermos atentos, perdemos a perspectiva que a política de Estado tem de nos mover. (SEMIS, 2017c).

Neves e Piccinini (2018, p. 198), contudo, chamaram atenção para

a impressionante capacidade de organização e mobilização do MPB para definição da BNCC: atravessou uma crise econômica profunda, crise judiciária que inclusive envolve agentes do próprio MPB, crise política aguda que terminou com ruptura da coalizão governista PT-PMDB em 2015 e *impeachment* presidencial em 2016 – acarretando sucessivas mudanças de comando no Ministério da Educação – e com formação de nova coalizão, de centro-direita.

Neves e Piccinini (2018) e Avelar e Ball (2017) evidenciaram que o nó central do MPB, rede de intervenção política, é composto pelo TPE, CNE, MEC, Câmara dos Deputados, Universidade Católica de São Paulo, Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna. Está na mesa muito mais do que o singelo desejo de melhorar a qualidade da educação, supostamente resultante da atuação de milhões de professores. Ocultar a lógica burguesa que subjaz à BNCC, despolitizá-la, soou viável, mas as tentativas de encobrir as determinações gerais que demandaram e permitiram o surgimento da BNCC – com apoio indispensável de setores médios intelectualizados interessados em ‘atuar por dentro da política’ – foram infrutíferas.

Por que motivos a Educação foi e tem sido estratégica? Para Paulani (2008) trata-se de granjear pensamento e ação dos professores na manutenção da

atual fase experimentada pelo capitalismo – a de um movimento de acumulação que se processa sob a dominância da valorização financeira e que torna atraentes as periferias do sistema não mais como alternativas para a expansão industrial, mas como plataformas de ganhos rentistas (PAULANI, 2008, p. 143).

No entanto, a NE foi asséptica e considerou que “não houve critério ideológico ou uma linha pedagógica pré-definida na escalação do time” (RATIER, 2017b) de 113 pessoas para compor a comissão nomeada para escrever a primeira versão, no governo de Dilma Rousseff, em 2015, sob o ministério de Renato Janine Ribeiro (BRASIL, 2015)¹⁴.

A neutralidade forjada pela NE traduziu-se na defesa abstrata de uma educação de qualidade, ocultando a relação mutuamente constitutiva entre organizações da sociedade civil, capital e Estado (EVANGELISTA; LEHER, 2012). Prova disso foi que, em 2013, deputados federais participaram, nos Estados Unidos, do Programa Liderando Reformas Educacionais: fortalecendo o Brasil para o Século 21, a convite da FL e da Universidade do Yale. (ANTUNES, 2017)¹⁵; em 2015, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Lemann assinaram um Acordo de Cooperação Técnica, a expirar em 2020, tendo em vista o aperfeiçoamento de “produtos e serviços de coleta, análise, divulgação e utilização de informações educacionais” (INEP; INSTITUTO LEMANN, 2015).

Operando no interior do e pelo Aparelho de Estado, os monopólios, por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, atingiram parte substancial de seus objetivos, articulando, tanto no âmbito do MEC, quanto no de entidades

¹⁴ Contraditoriamente, NE declara que “A equipe do MEC indicava algumas pessoas e elas indicavam outras, o que resultou num time plural. Já os docentes de chão da escola seriam apontados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).” (RATIER, 2017b).

¹⁵ Convidaram Professora Dorinha, do Democratas, Alex Canziani, do Partido Trabalhista Brasileiro, Artur Bruno, do Partido dos Trabalhadores, Manoela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil e Raul Henry, do Movimento Democrático Brasileiro.

como Consed e Undime ou em organizações coletivas, seu projeto de intervenção direta sobre a escola pública. Para Fontes (2009, p. 213), devemos (...) entrever a impossibilidade crescente de que dessa lógica possa derivar qualquer perspectiva efetiva de futuro para o conjunto da vida social”.

3. Professor, obstáculo para quem?

Passado o momento da alegada e não verificada discussão massiva pelos professores brasileiros da BNCC, Nova Escola embarcou em outro périplo: criar a racionalidade necessária para que o documento pudesse ser implantado, embaçando o processo autoritário que o gerou. Beguoci (2015)¹⁶ considerou que a discussão deveria se dar “sobre a melhor forma de implementá-lo”, “independentemente da visão política e educacional”.

Deslegitimando as críticas feitas à BNCC, Ratier (2017a) assegurou: “ainda há uma grande quantidade de decisões a serem tomadas e isso pode representar uma chance de engajar mesmo os professores descontentes com a Base”, pois “em boa medida, o destino da Base está ligado ao protagonismo dos professores”.

Dave Peck, diretor executivo da *Curriculum Foundation*¹⁷, em entrevista ao MPB (2016), argumentou à época que “os professores têm um papel-chave no desenvolvimento e na prática da BNCC e eles irão fazer um bom trabalho, um trabalho melhor, se estiverem motivados e sentirem realmente que são parte do processo.” O diretor de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação (TPE)¹⁸, Olavo Nogueira Filho, afirmou que se o professor “não for envolvido

¹⁶ Leandro Beguoci é diretor editorial e de produtos da Associação Nova Escola. Foi editor-chefe e *head* de *branded content* da F451, editor-chefe do grupo FOX no Brasil, editor-executivo do iG, repórter da *Folha de S. Paulo* e *Veja*. Jornalista formado pela Faculdade Cásper Líbero, mestre em governança em mídia e comunicação pela *London School of Economics* e *fellow* em empreendedorismo em jornalismo pelo *Tow-Knight Center* da *City University of New York*. Cf. (ESCOLAS TRANSFORMADORAS, 2019)

¹⁷ Instituição do Reino Unido que fornece suporte, aconselhamento e orientação relacionados ao currículo nacional de países como Zâmbia, Uganda e Sudão do Sul. (Curriculum Fundation, 2018).

¹⁸ O Todos pela Educação (TPE) iniciou como Movimento; em 2014 tornou-se Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Segundo Martins (2009, p. 26), “se materializa como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no

nessa política pública, vai gerar muito mais resistência” (INOVEDUC, 2018, p. 44). Para Evangelista e Shiroma (2007), a

construção do professor como oponente tem alguma base objetiva, pois, ademais de constituírem numerosa categoria de funcionários públicos, em muitos países suas associações estão articuladas aos partidos trabalhistas. A essa aproximação – com relativo poder de irrupção social e potencial para a produção de conflitos – , somam-se a organização sindical e o apoio de congressistas e líderes políticos (EVANGELEISTA; SHIROMA, 2007, p. 536).

Para atrair professores e sindicatos, a NE acenou com a perspectiva de revisão da BNCC, pois a

construção dela nunca termina. Já há data para ela ser revisada e é ótimo que seja assim. Os conhecimentos acumulados nos próximos cinco anos servirão de ponto de partida para melhorar o documento que será usado por educadores e alunos do futuro (RATIER, [2018]).

Essa manobra elucidou que aos professores caberia a tarefa da operacionalização da Base; convocado a instrumento, o professor deveria deixar de ser “descontente” (RATIER, 2017a) ou “desconfiado” (RATIER, 2018) e assumir seu protagonismo para a plena implementação da Base¹⁹.

4. Formação docente na mira

campo da educação, lutando para afirmar uma perspectiva restrita de formação humana para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo”, de forma a assegurar a formação técnica para o trabalho e disciplinar estudantes e trabalhadores segundo os valores da ideologia burguesa. Estão entre os sócios-fundadores os empresários Roberto Civita, ex-presidente da FVC (falecido) e Jorge Paulo Lemann.

¹⁹ Uma rápida consulta na rede com a palavra-chave BNCC-cursos mostrou que a proliferação de cursos à distância, com certificação, está em andamento (Nova Escola. Competências gerais na BNCC. Curso alinhado à BNCC. 2019; Porvir. Como incluir tecnologia no currículo de olho em competências gerais da BNCC. 2018; Valecup Cursos Pedagógicos. Curso de Base Nacional Comum Curricular BNCC. 2019; Simplesmente Estude. Competências da BNCC. 2019; Revista Educação. Editora do Brasil oferece curso gratuito sobre a BNCC, em formato EAD, para professores e gestores. 2019; Itaú Social. Itaú Social lança cursos sobre práticas educacionais da Base Nacional Comum Curricular. 2019) Além desse derrame, iniciativas em âmbito estadual vêm ocorrendo, caso da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina que promove, com Instituições de Ensino Superior, o Curso de Pós-graduação *lato sensu* – Especialização em Fundamentos e Organização Curricular, presencial, para professores e gestores da rede pública de educação básica. Contempla 21 regiões do Estado com concessão de 630 bolsas de estudo pelo Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

Das grandes questões emanadas da empiria, a formação docente de desdobrou em três aspectos: formação de gestores²⁰, formação continuada²¹ e formação inicial. No caso da última, uma avaliação repisada à exaustão foi a de que faltava 'prática de sala de aula' nos cursos de licenciatura.

Na matéria *A formação precisa deixar de ser problema e virar solução*, Semis (2018a) exacerba a formação como problema a ser solucionado, consoante ao documento *Professores do Brasil: impasses e desafios*, da Unesco (GATTI; BARRETO, 2009), no qual se julga os cursos de Pedagogia sumamente teóricos e se ratificam posições do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desse tipo de crítica derivou o Programa de Residência Pedagógica no Governo Temer, parte da Política Nacional de Formação de Professores (CAPES, 2018)²², apoiado por Nova Escola. Os bolsistas vivenciariam a 'prática pedagógica' a partir do terceiro ano do curso de Pedagogia²³.

²⁰ Para formar o gestor escolar e reelaborar os currículos, as redes municipais e estaduais de ensino deveriam se organizar em consórcios e arranjos regionais (Semis, 2017b). Costa Lima, de Alto Santo/CE, propôs "uma rede de formadores que possam ir até as cidades para dar orientações e apoiar a reformulação dos currículos locais, o que exige um conhecimento técnico e um processo participativo com a comunidade educadora" (Undime, 2017). A FL, em estreita sintonia com o MEC, promoveu a formação das *Lideranças de Alto Nível* (Inep; Fundação Lemann, 2015).

²¹ A formação contínua ocorreu mediante o *Programa Formar*, uma das tantas frentes de intervenção da FL na implementação da Base, com os professores, em 27 redes de ensino. Na lógica de 'educar ao longo da vida' (DELORS, 1999), funcionaria como ferramenta para implementação de reformas na educação. Foram mentoras Claudia Costin e Cleuza Repulho. A primeira foi ministra da Administração Federal e Reforma do Estado do governo FHC (1995-2000), atuou como vice-presidente da FVC (2005-2009). Foi secretária de educação do município do Rio de Janeiro (2009-julho 2014), Diretora Global de Educação do Banco Mundial. É diretora do Centro de Investigação em Políticas Educacionais na Fundação Getúlio Vargas e consultora da FL. Repulho foi consultora da Unesco (2008), diretora do Departamento de Políticas Educacionais do Ministério da Educação (2008), presidente da Undime (2011-2015), dirigente de Secretaria de Educação de Santo André (2001- 2007), e São Bernardo dos Campos (2009-2015). Participou da elaboração do documento Educação Já, proposta do TPE aos candidatos à presidência da república em outubro 2018.

²² Lembremos que em dezembro de 2018, o Ministro da Educação Rossieli Soares apresentou a Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2019), redigida, entre outros, por Guiomar N. de Mello e Fernando L. Abrucio. No momento, a proposta está parada.

²³ Segundo Flores (2018, p. 1), as respostas ao Edital CAPES nº 6/2018 indicaram que em torno de 60% das bolsas foram implantadas; cerca de 76% para professores de universidades públicas. As 45 mil bolsas previstas atenderiam pouco mais de 3% das 1.467.181 matrículas em licenciaturas no Brasil; em termos de IES públicas, esse percentual chega a quase 6%."

O saldo para os professores é seu empobrecimento teórico e a centralidade da prática pedagógica orientada para os resultados, verificáveis por avaliações em larga escala, um dos pilares da *accountability*. O dobre da qualidade de ensino soou quando a NE atribuiu às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e às Competências Socioemocionais (CSE) posição medular na BNCC para a formação do **professor 4.0**.

As habilidades socioemocionais, expressão usada pela NE, correspondem as competências socioemocionais, inteligência emocional, *soft skills*, habilidades não cognitivas, competências para o século XXI e são mencionadas nas 10 Competências Gerais da BNCC²⁴, principalmente nas de número 9 e 10:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A associação entre CSE e TIC concretizaria a educação para o século XXI ou a sociedade do conhecimento ou a 'educação 4.0'²⁵. No artigo intitulado Em Como trazer a Educação 4.0 para dentro da sala de aula, Garofalo (2018b) explica que,

na Educação, nós vivemos as primeiras mudanças com ferramentas de colaboração que trabalham a linguagem de programação, inteligência artificial, entre outras, mas a principal mudança está na concepção *learning by doing* que é aprender junto, através da experimentação, construção de projetos e muita mão na massa. [...] As escolas deverão fortalecer trabalhos que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais, colaboração e empatia.

²⁴ Competências, conforme a lei, é a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017, p. 13).

²⁵ “O termo 4.0 faz menção ao conceito e uso de Internet inteligente que afirma que os conteúdos destinados aos internautas serão cada vez mais personalizados e interativos. O foco, porém, vai deixando de ser somente os recursos tecnológicos e passa a ser o como utilizar as ferramentas digitais e como elas podem proporcionar interação, ludicidade e o fazer coletivo.” (PLANNETA EDUCAÇÃO, 2019).

Derivava desse posicionamento a adesão a um ideário educacional afinado à lógica do capitalismo contemporâneo que necessita um trabalhador moldável, sensível às recomendações da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para a reprodução do capital torna-se hoje necessária, uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, há necessidade, no plano ideológico, de limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a ideia de que o mais importante a ser adquirido por meio da educação não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo (DUARTE, 2006, p.47 *apud* CARVALHO, 2009, p. 9).

Entende-se, portanto, que para o trabalhador 'aprender a aprender ao longo da vida e com os outros' o método de construção do conhecimento – selecionado sem pejo – prevalece sobre o conhecimento em si, perspectiva assentada no escolanovismo e no construtivismo (DUARTE, 2001). As CSE, vindas do campo da psicologia, serviriam para identificar como aspectos da personalidade infantil e juvenil podem influenciar no processo de aprendizagem. A NE e o *Facebook* produziram um livro digital no qual se pretende convencer o leitor de que as CSE

são parte do desenvolvimento individual pelo qual todos passamos ao longo da vida e que englobam também aspectos físicos (bem-estar) e culturais (identidade e diversidade), além do intelectual. Por isso, são frequentemente associadas a pesquisas e trabalhos que tratam de Educação Integral (MINOZZO, 2018).

Empresas²⁶ de serviços educacionais e ONGs ligadas à **educação integral** têm promovido a ideia de que os traços humanos de personalidade se agrupam em torno de cinco grandes eixos, denominados *Big Five*; desenvolvidos ao longo do século XX²⁷, centram-se nos seguintes conceitos: abertura a novas

²⁶ Trata-se do Centro de Referência de Educação Integral, Instituto Ayrton Senna, Fundação Telefônica Vivo e Instituto Inspirare.

²⁷ Segundo o Porvir (2018), o pioneirismo da teoria é atribuído a Gordon Allport e colegas que, nos anos 30, buscaram os adjetivos que descreveriam atributos de personalidade. Na década de 40, Raymond Catell reduziu a lista de adjetivos para 171, agrupando-os em 35 conjuntos. Nos anos de 1960, pesquisas de grande amostragem detectaram que cinco fatores (*Big Five*) resumiam a variação existente. Os que mais contribuíram ao modelo à época, seus "pais", foram Lewis Goldberg, Robert R. McCrae e Paul T. Costa, Jerry Wiggins e Oliver Joh. A criatividade estaria em estreita relação com o eixo 'abertura ao novo'. Cada atitude é enquadrada em uma ou mais de uma competência, cognitivas e socioemocionais.

experiências²⁸; consciência²⁹; extroversão³⁰; amabilidade³¹; estabilidade emocional³² (PORVIR, 2018).

A OCDE no documento intitulado Competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais (2018) conclui que investir nessas competências suficientemente cedo para crianças menos favorecidas é uma forma importante de reduzir desigualdades socioeconômicas. As CSE são fundamentais, em particular a autorregulação, capacidade de gerir pensamentos, sentimentos e comportamentos. Também faz com que encare melhor situações estressantes, incluindo a pobreza e a violência (CASIMIRO; KRAUSE; NICOLIELO, 2018).

Ambas não poderiam ser mais transparentes! A questão candente da produção material da existência dos trabalhadores é perversamente deslocada para o fato da ausência da aprendizagem das CSE. Ao atribuir aos professores a tarefa de educar segundo tais competências, supondo-as capazes de reduzir as desigualdades sociais, concretiza-se a responsabilização desse profissional por problemas cujas origens extrapolam a educação escolar e encontram-se nas relações sociais de produção capitalistas, nas conflituosas relações de classe, na relação capital-trabalho.

Não por acaso fomentam-se programas de **Educação Integral** nos lugares onde as contradições desse sistema econômico são mais evidentes, nos quais se encontra a classe trabalhadora submetida a todas as formas de exploração do trabalho, inclusive, nos dias que correm.

de supressão de direitos historicamente constituídos, cujo resultado é uma re-subordinação massiva de trabalhadores sem direitos. Há, portanto, enorme

²⁸ "Tendência a novas experiências estéticas, culturais e intelectuais. O indivíduo caracteriza-se como imaginativo, artístico, excitável, curioso, não convencional e com amplos interesses." (Porvir, 2018).

²⁹ "Inclinação a ser eficiente, organizado, autônomo, disciplinado, não impulsivo e orientado para seus objetivos (batalhador)." (Porvir, 2018).

³⁰ "Orientação de interesses e energia em direção ao mundo externo e pessoas e coisas (...) amigável, sociável, autoconfiante, energético, aventureiro e entusiasmado." (Porvir, 2018).

³¹ "Cooperativo e não egoísta (...) tolerante, altruísta, modesto, simpático, não teimoso e objetivo" (Porvir, 2018).

³² "Previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de humor." (Porvir, 2018).

aumento numérico – nacional e internacional – das classes trabalhadoras, mas estão submetidos a formas de contratação díspares, do que resulta uma distância crescente entre o exercício do trabalho (que continua subordinado ao capital) e o emprego (FONTES, 2018, p. 2).

O economista Daniel D. Santos (2013) justificou que o diferencial de um indivíduo com estas habilidades bem desenvolvidas também é sentido no mercado de trabalho e seu efeito é recompensado na forma de maiores salários e menor período de desemprego, argumento dividido com o psicólogo Ricardo Primi e o Instituto Ayrton Senna. Quanto mais desenvolvidas tais competências, mais favorável seria a luta do indivíduo por um **lugar ao sol** numa sociedade altamente competitiva e meritocrática. Tal entendimento assenta-se na crença da contribuição da educação para o avanço do processo produtivo, marca da Teoria do Capital Humano, de T. W. Schultz (1967; 1973)³³.

Na década de 1990, seu significado se altera, de modo que as oportunidades escolares não significam

acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como capital humano individual que habilita as pessoas para a competição para os empregos disponíveis (SAVIANI, 2007, p. 428).

Uma das empresas de Lemann, a Gera Venture Capital profetizou que, Com o mundo movendo-se rapidamente para o foco na transmissão e interpretação de enormes volumes de dados, dependemos de indivíduos capazes de selecionar estas informações, sintetizá-las, analisá-las e delas gerarem conclusões úteis (Ibid, [201?], p.2).

Sob o ideário de que a educação é a base para a concorrência, a CNI afirma que,

nesse novo ambiente ganham destaque competências e habilidades relacionadas à criatividade, ao empreendedorismo, à gestão de equipes, ao trabalho colaborativo e à tomada de decisões complexas (...) e por metodologias de ensino capazes de proporcionar experiências práticas aos alunos. (CNI, 2018, p. 13)

³³ SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967; SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Tal como em Nova Escola, as metodologias de ensino despontam como “saber fazer”, “mão na massa”, “cultura *make*”, “faça você mesmo”. O caráter técnico-pedagógico se agiganta, ocorrendo o que Decker (2015, p. 145) denominou de “entronização da sala de aula”. O Banco Mundial completa: “a mágica da educação – a transformação dos insumos educacionais em resultados da aprendizagem – acontece na sala de aula, [sustentada pelas] mais avançadas descobertas da neurociência” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 11). Para Perozin (2019) estas podem ajudar a entender como aprendemos e de que forma o ensino pode ser mais eficiente.

Desde os anos de 1980, Dermeval Saviani argumenta que, se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (SAVIANI, 1981, p. 66).

5. O professor gerenciado – conclusão ou chamado à luta?

O movimento que resultou na BNCC, expresso e fomentado pela Nova Escola, radicalizou o processo de expropriação do conhecimento do professor e investiu no aprofundamento das formas de gerenciamento da formação e do trabalho docente. O **professor gerenciado** – hipótese analítica em desenvolvimento – é francamente perceptível na empiria e seus indicativos podem ser sintetizados nas estratégias de esvaziamento de sua potência política de contribuição para a transformação da ordem social do capital. Escasseando-se a teoria e o conhecimento próprio a seu ofício de sua formação e de seu trabalho, corre-se o risco de suprimir também a possibilidade do acesso dos trabalhadores ao conhecimento histórico e socialmente produzido e sistematizado.

Não é estranho que se exija do professor um nível mínimo de instrução do qual farão parte, necessariamente, Matemática e Língua Materna, além do domínio de métodos pragmáticos de ensino. Do ponto de vista da Fundação Lemann (2018a), a implantação da BNCC necessita: a) materiais didáticos em suportes físicos e digitais; b) organização dos currículos nas redes públicas e

particulares de educação; c) reconfiguração dos currículos para a formação inicial do professor; d) alterações na formação docente continuada; e) intensificação das avaliações de larga escala.

Tais mudanças deveriam responder ao modelo de “professor 4.0” cujo perfil Nova Escola vem indicando: deve ser aprendiz, mediador, orientador e pesquisador em busca de novas práticas. (GAROFALO, 2018a). Como se vê, a articulação ensino-aprendizagem é a grande ausente na lista das atribuições docentes.

Escondidas sob o discurso ‘democratizante’ da educação, as TIC e as CSE assomam como fulcrais no projeto educativo do capital. Na medida em que se prescreve uma forma padronizada de atuação docente (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016), com a especificação detalhada de conteúdo, habilidades e competências que se espera dele e dos estudantes. Tal prescrição tem por base critérios de monopólios empresariais, dissimulados na forma de organizações desinteressadas; nesta perspectiva, o professor tende a ser reduzido a um executor de atividades.

A ideia de **professor gerenciado** corresponde a uma face cruel da docência, circulando no âmbito de OM, de institutos burgueses, de ONGs, do Estado e da NE. O gerenciamento do magistério constitui-se como estratégia política sob duplo sentido: de um lado, aparece como forma de contenção da classe trabalhadora – e de seus filhos – pela via da obstacularização do que é peculiar ao magistério, isto é, dar acesso ao conhecimento científico; de outro lado, atua para tentar impedir a organização política da categoria profissional do magistério, seja para tentar inviabilizar a emergência de uma consciência de classe ampla.

Quais são os riscos políticos imanentes a essa perspectiva? Em entrevista concedida à Cátia Guimarães (2016), Virgínia Fontes responde:

Estamos assistindo a uma redução brutal da capacidade popular de se expressar. [...] Estamos diante do risco de uma redução significativa de direitos, que já está acontecendo; a consolidação de uma força de direita, ao mesmo

tempo institucionalizada e não-institucionalizada, que não é exatamente partidária, porque não cola só com os partidos. Esse é um processo de direitização que não é só político, é também social. Um processo de direitização significa imposição do medo à maioria da população, quer seja pela violência, pela perda de emprego, quer seja simplesmente pela desqualificação da sua presença num lugar não desejado (GUIMARÃES, 2016).

O **canto da sereia** da Fundação Lemann pode atrair os bem-intencionados ou desavisados. Todavia, não nos é lícito ignorar que estamos diante do arbítrio do capital educador que se manifesta de numerosíssimas formas. Ao mesmo tempo em que seus arautos postulam a qualidade de ensino na rede pública, é esse mesmo capital que monopoliza a formação docente superior no Brasil. Em 2017, dos 1.467.181 de matrículas em licenciaturas 46,39% estavam na esfera privada e 33,52% na modalidade da Educação a Distância (EaD).

O caso do curso de Pedagogia é exemplar: forma professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e seus egressos compõem o contingente de professores que atuam na rede pública de Educação Básica e, portanto, formam os filhos da classe trabalhadora e ela própria. Neste curso, em 2017, as instituições de Ensino Superior privadas concentravam 83% das matrículas, das quais 56% eram oferecidas em EaD, percentual que superou todos os formados na esfera pública em qualquer modalidade (EVANGELISTA; SEKI; SOUZA, 2018). Dados como os citados desnudam as formulações discursivas de Nova Escola e permitem que vejamos o caráter político de seu compromisso de classe ao intervir sobre a escola pública.

Precisamos exercitar o pessimismo da inteligência gramsciano para enfrentarmos a objetividade histórica em sua totalidade munidos do otimismo da vontade sobre a base de um projeto político contra hegemônico que retire o professor do lugar gerenciado em que se encontra e a classe trabalhadora de sua subalternização ao capital. É necessário contrarrestar o capital educador.

Referências

ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC? **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, Manginhos, RJ, 23 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Posição da ANFOPE sobre a BNCC**: Repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC e a sua implementação. [S.l.], Brasília, 2017.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J.. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal Of Educational Development**, [s.l.], v. 64, p.65-73, jan. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>.

BARRETO, Daniela. **Competências para o progresso social**. O poder das competências socioemocionais. OCDE, [S.l.], 14 de março de 2018.

BEGUOCI, Leandro. **Leandro Beguoci**. 2015. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/leandro-beguoci/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Consulta pública sobre Base Nacional Comum recebeu mais de 12 milhões de contribuições**. Brasília, 16 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular começam em 7 de julho**. Brasília, 19 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **PNBE - Periódicos**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 592. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de junho de 2015, Seção 1, p. 16.

CAMILO, Camila. Cinco dicas para participar das audiências públicas da Base. **Nova Escola**, São Paulo, 26 de junho de 2017.

CARVALHO, Elaci. A crise estrutural do capital segundo o filósofo húngaro István Meszáros e seus reflexos na educação. **Revista Eletrônica Labor**, v. 17, pp. 1-11, 2009.

CASIMIRO, Patrick; KRAUSE, Maggi; NICOLIELO, Bruna. Quando as emoções entram no currículo. **Nova Escola**, São Paulo 2018.

CASSIO, Fernando. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. **Nexo**, São Paulo, Dezembro, 2017, p. 1-8.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **CNTE protesta contra a BNCC em Santa Catarina**. São Paulo, 14 de agosto de 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Proposta da Indústria para o governo: Educação**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2xy7lJe>. Acesso em: 10 out. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Saiba porque somos contra a BNCC do MEC Golpista**. [S.l], 2017.

Curriculum Foundation. **The Curriculum Foundation**. Disponível em: <https://www.curriculumfoundation.org/>. Acesso em: 10 out. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chistian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECKER, Aline Inácio. **A formação docente no projeto político do Banco Mundial (2000-2014)**. 2015. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o aprender a aprender: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigostskiana**. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção educação contemporânea.

ESCOLAS TRANSFORMADORAS. **Diretor editorial e de produtos da Nova Escola**. 2019. Disponível em: <https://escolastransformadoras.com.br/ativador/leandro-beguoci/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. *In*: MOTTA, Vânia C. da; PEREIRA, Larissa D. (Org.). **Política educacional, docência e serviço social: para uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o Episódio Costin No MEC: a Pedagogia do Capital em Ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, Ano 10, v. 1, n. 15, p. 1-29, 2012. Quadrimestral.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.; SOUZA, Artur G. de. **Formação docente no Brasil pós-2000**: lances de um massacre intelectual. Florianópolis, SC: UFSC, p. 1-31, 2018. (mimeo).

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa** [online], São Paulo, v. 3, n. 33, p. 531-541, set./dez. 2007.

FLORES, Renata L. B. **Política de formação de professores para a educação básica no Brasil como “cortina de fumaça”**. 2018. UFSC, Florianópolis/SC, Mimeo.

FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 209-229, jul./out. 2009.

FONTES, Virgínia. **Sociedade civil empresarial e a educação pública – qual democracia?** XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Parceria foca em tecnologias para a BNCC**. [S.I.], 2018c. Disponível em: <https://bit.ly/2OxgcWB>. Acesso em: 5 out. 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Reconectando saberes**. [S.I.], 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2Dt3F5D>. Acesso em: 5 set. 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Recursos educacionais digitais e Base Nacional Comum Curricular**. [S.I.] 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2CQ440S>. Acesso em: 10 out. 2018.

GAROFALO, Débora. Como trazer a educação 4.0 para dentro da sala de aula. **Nova Escola**, São Paulo, 21 de agosto de 2018b.

GAROFALO, Débora. Que habilidades deve ter o professor da educação 4.0. **Nova Escola**, São Paulo, 26 de abril de 2018a.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba S. de Sá (Coords.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Coordenado por Bernadete A. Gatti e Elba S. de Sá Barreto. Brasília: Unesco, 2009.

GERA VENTURE CAPITAL. **Habilidades de vida**: de desejáveis a essenciais. Página Institucional. Rio de Janeiro, [200-?]. Disponível em: <https://bit.ly/2yCigYv>. Acesso em: 10 out. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro, Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Cátia. Entrevista com Virginia Fontes. 'Um processo de direitização significa imposição do medo à maioria da população'. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=143>. Acesso em: 18 mar. 2016.

INOVEDUC. BNCC. **Folha Dirigida**. Fevereiro 2018. Disponível em: <http://inoveduc.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Revista-Educa%C3%A7%C3%A3o-FEVEREIRO2018-SITE.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; INSTITUTO LEMANN. **Acordo de cooperação técnica**. Brasília, DF, 2015.

LEMANN CENTER. **Página Institucional**. Standford, 2018. Disponível em: <https://lemanncenter.stanford.edu/>. Acesso em: 3 out. 2018.

MAGALHÃES, Lucas; CAMILO, Camila Camilo; SIMÃO, Renan Borges. Milhões dizem o que o Brasil deve ensinar. **Nova Escola**, São Paulo, 2017.

MARTINS, André S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação". **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINOZZO, Paula. Encarando *bullying*, brigas e ansiedade nas escolas: um livro em PDF sobre as socioemocionais. **Nova Escola**. São Paulo, 19 de setembro de 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **O sucesso da BNCC depende de sua implementação**, afirma David Peck, especialista da Curriculum Foundation. [S.l.], 19 de dezembro de 2016.

NEVES, Rosa Maria Corrêa das; PICCININI, Cláudia Lino. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da Educação Básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, maio 2018.

NOVA ESCOLA. **Associação nova escola**. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em: 15 maio 2019.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Jennifer N. **Nova Escola e padrão BNCC de docência**: a formação do professor gerenciado. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PERON, Isadora. Bancada evangélica vai comandar discussão sobre Escola sem Partido. **Estadão**, São Paulo, 19 de outubro de 2016.

PEROZIN, Lívia. A neurociência a favor da aprendizagem. **Nova Escola**. São Paulo, março de 2019.

PLANNETA EDUCAÇÃO. **Guia definitivo da educação 4.0**. s.d. Disponível em: <http://www.plannetaeducacao.com.br/portal/arquivo/editor/file/ebook-educacao4.0-planneta.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PORVIR. **Especial socioemocionais**. 2018. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/socioemocionais/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

RATIER, Rodrigo. Da expectativa à realidade. **Nova Escola**, São Paulo, [2017a].

RATIER, Rodrigo. O castelo de cartas da Base. **Nova Escola**. São Paulo. [2017b].

RATIER, Rodrigo. Precisamos saber o que a Base não é. **Nova Escola**, São Paulo, [2018].

RATIER, Rodrigo; SOARES, Wellington; CASIMIRO, Patrick. Como 10 milhões viram um. **Nova Escola**, São Paulo, [2016].

SANTOS, Daniel D. A importância socioeconômica das características de Personalidade. **Instituto Ayrton Senna**. 2013.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de Padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil. **Cad. Cedes** [online], Campinas, v. 36, n. 100, p.281-300, set. 2016.

SAVIANI, D., "Escola e democracia ou a teoria da curvatura da vara". **ANDE**, Ano 1, n? 1, 1981, pp. 22-33.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas SP. Autores Associados, 2007. Coleção memória da educação.

SEMIS, Laís. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular. **Nova Escola**, São Paulo, 2 de março de 2017a. ok

SEMIS, Laís. Audiências públicas da Base: Muito potencial pouco aproveitamento. **Nova Escola**, São Paulo, 14 de setembro de 2017c.

SEMIS, Laís. Currículos regionais são aposta para a implementação da Base. **Nova Escola**, São Paulo, 5 de fevereiro de 2017b.

SHIROMA, Eneida. Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor? **Intermeio**, Campo Grande, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **MEC discute detalhes finais da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/TpPpxL>>. Acesso em: 8 maio 2018.

WORLD BANK. **Great Teachers**. How to raise student learning in Latin America and the Caribbean. 2014.

SOBRE AS AUTORAS

Jennifer Nascimento Pereira é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: jennipereira@gmail.com

Olinda Evangelista é Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Sênior na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UnOESC). Professora Voluntária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

E-mail: olindaevangelista35@hotmail.com

Recebido em: 28.05.2019
Aprovado em: 23.06.2019